

**UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO**

INFÂNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

FABIANA DEVOTI AZEVEDO DE MACEDO

**RIO DE JANEIRO
2008
UNIRIO**

UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

INFÂNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para obtenção do grau de Pedagogo, orientado pela Prof^a Maria Elena Viana Souza.

RIO DE JANEIRO
2008

Dedicatória

Primeiramente a Deus pela vida.
Aos meus pais, Zuma e
Bartolomeu que me deram
sabedoria e sempre me
apoiaram, a minha orientadora
pelo incentivo para atingir meus
objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me ilumina a cada dia.

E a minha mãe que sempre esteve ao meu lado nos momentos em que mais precisei, sem
ela eu não seria nada.

Epígrafe

“A educação deve
ser reconhecida
como uma
construção
contínua e
permanente”.

Pierre Weil

RESUMO:

Este estudo tem como objetivo destacar aspectos relacionados à infância, assim como a Educação Infantil e seus desdobramentos englobando processo de ensino-aprendizagem, a relação da criança com a família e família e escola. Para tal, utilizei pesquisa bibliográfica, buscando compreender as principais questões referentes não só a infância, mas também às práticas que viabilizam um melhor desenvolvimento e aprendizagem. Na conclusão, ressalto a importância da escola nesta caminhada, procurando trazer para os leitores uma visão mais abrangente sobre a criança como um ser social, histórico e dialógico.

Palavras-chave: infância; escola; desenvolvimento infantil.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFÂNCIA	
1.1 Origem da concepção de infância.....	10
1.2 A criança.....	11
1.3 A influência da família.....	12
CAPÍTULO 2 - A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	
2.1 História da Educação.....	17
2.2 Objetivos gerais da Educação Infantil.....	19
2.3 Relações interpessoais na escola.....	23
CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1 O papel do docente.....	25
3.2 A afetividade na relação professor-aluno.....	28
CAPÍTULO 4 – O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.1 Aprendizagem significativa e conhecimentos prévios.....	31
4.2 O brincar.....	33
4.3 Rotinas.....	35
4.4 A importância da rotina na Educação Infantil.....	36
CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

Por ser um importante campo de investigação na área de Ciências Humanas, a infância também é discutida no campo pedagógico. Ressaltamos a educação, a sociedade, a alfabetização, a cultura, o diálogo e a conscientização como conceitos importantes para a contribuição da formulação de um conceito de infância desmistificado, desnaturalizado, entretanto, pedagógico e cultural.

Considerando as crianças como sujeitos agentes no processo de ensino-aprendizagem, as percebemos como sujeitos culturais e históricos, e por isso, ressaltamos a importância de uma escola que seja objeto de reflexão tanto para as crianças como para os pais, diminuindo a possibilidade de alienação¹.

Mas, a infância tem sido muito delimitada através de um recorte etário definido previamente pelo adulto e, no entanto, diversas coisas mudaram, dentre elas: o modo como a criança é inserida na sociedade, seu cotidiano, seu modo de vida e principalmente sua representação social.

Partindo desses pressupostos, iniciamos nosso estudo dando destaque a alguns aspectos da infância que tem neles embutidos a concepção de criança, que foi modificada com as transformações das sociedades e tempos históricos distintos.

Meu interesse em investigar e aprofundar esse tema deve-se ao fato de ter me identificado com a questão da infância porque considero essa fase repleta de significações para o indivíduo, pois, é nela que serão construídos os valores para a formação da criança como cidadão mais reflexivo e crítico da sociedade. Além disso, esse tema contribuirá para os estudos sobre Educação Infantil. Dentro desse cenário, foram destacados alguns teóricos como Phillipe Áries, Sonia Kramer, Vigotsky, dentre outros.

Com essa pesquisa, percebemos como a criança foi, aos poucos, conquistando seu espaço e o reconhecimento do mesmo, valorizando principalmente, a importância do momento infância.

Temos grandes destaques nos processos de desenvolvimento da aprendizagem da criança, tendo em vista que a mesma atua ativamente na construção do seu pensamento, adquirindo aquisições importantes e significativas desde o momento em que nasce. Para que isso se concretize é importante que o educador esteja aberto à troca com os alunos e a realizar

¹ Adotamos aqui o significado da palavra alienação conforme consta em dicionários: ato de alienar. Alienar, por sua vez, significa, entre outras coisas, manter-se alheio aos acontecimentos. (Mini Aurélio)

atividades alternativas, mais dinâmicas e lúdicas visando um melhor aproveitamento do processo ensino-aprendizagem, tudo em detrimento de práticas já desgastadas.

É preciso que o educador crie ambiente suscetível ao desenvolvimento de valores e situações em que a criança possa se expressar e ter liberdade suficiente para construir sua autonomia, não a autonomia em que o aluno consegue realizar suas atividades sem a professora, mas sim aquela que permite pensar e refletir sobre os mais variados assuntos, tornando-se assim um indivíduo cada vez mais crítico e reflexivo.

Nesse sentido, os objetivos desse estudo são:

- Tecer algumas considerações sobre a infância;
- Identificar a concepção da criança;
- Identificar a importância da Educação Infantil no desenvolvimento da criança;
- Caracterizar o processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFÂNCIA

1.1 Origem da concepção de infância

A idéia de infância como um período único em nossas vidas, não é um sentimento intrínseco à condição humana. Phillipe Áries (1978), um estudioso do tema, tem por definição dois modos de conceber a criança: a concepção infantilizada e a adultizada.

A concepção infantilizada apresentada nos tempos antigos, mostra a criança como um ser inocente e divertido (principalmente na elite), totalmente despreparada para compreender os acontecimentos no mundo, assim como desprovida de algumas capacidades. Nesta concepção, entende-se que primeiro a criança deverá desenvolver algumas habilidades para posteriormente poder interagir com o mundo que a envolve, absorvendo tudo.

Desconsidera-se assim a inestimável condição para aprender, com a qual a criança já nasce e que constitui um aspecto inerente à condição humana, ignorando também todo o conhecimento que a criança já detém, antes mesmo de ingressar na instituição escolar.

Atualmente, quando dizemos que uma criança está pronta para ser inserida na instituição escolar, conseguimos imaginar a idade por volta de seis anos. Entretanto por volta do século XVIII, essa afirmativa não diria muito sobre a idade.

Ainda nessa concepção, percebemos que a escola exercia mais um caráter assistencialista do que preocupado em realizar um trabalho pedagógico eficiente. Nos momentos em que a criança tinha livre para brincar e se expressar espontaneamente, o professor simplesmente ficava observando, reduzindo de maneira exacerbada o papel na educação das crianças.

Dessa forma, toda responsabilidade do professor em orientar a criança deixa de existir, ficando de lado o comportamento em investir numa proposta educativa centrada no desenvolvimento cognitivo, social e motor.

Contrapondo-se paradoxalmente à concepção anterior, temos a criança vista como um adulto, reduzindo abruptamente a importância do momento da infância, valorizando apenas o que ela poderá vir a ser no futuro. Tendo assim, a fase da infância como algo sem valor, apenas como um momento de transição para a fase adulta.

Estudiosos como Phillipe Áries, deixaram contribuições muito importantes acerca da origem e histórico da infância, contribuindo para que possamos ter uma visão muito mais

humanitária, abrangente, realizando atividades alternativas, resgatando a verdadeira essência da infância.

Somente no período Renascentista, o sentimento de infância “nasce”, entretanto, o mesmo não era uniforme e homogêneo, sendo reservado somente às elites que tinham um respaldo econômico para produzir um tratamento totalmente diferenciado a essas crianças.

Segundo Áries (1981), a partir da transição do século XVII para XVIII é que a família começa se organizar em torno da criança, interessando-se pelos estudos de seus filhos.

Um interesse mais profundo é despertado sobre os desejos das crianças e suas visões sobre a vida. Toda preocupação da família a respeito da educação da criança provoca grandes mudanças, e os pais passam a encarregar-se dos seus filhos de forma mais preocupada e consciente.

Diante disso, tem-se a necessidade de uma nova educação com novas regras e normas, priorizando uma criança que atendesse a sociedade que emergia. É nesse momento que aparecem as instituições escolares.

A escola tradicional foi inspirada e criada nesse contexto moral, contando com educadores e moralistas, mas, principalmente no modelo de família conservadora, símbolo de continuidade parental e patriarcal que marca a relação pai, mãe e criança.

Ao considerar a criança como ser social e participante de um grupo social, a mesma vai construindo aos poucos seus conhecimentos.

1.2 A criança

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época. Assim é possível que, por exemplo, em uma mesma cidade existam diferentes maneiras de se considerar as crianças pequenas dependendo da classe social a qual pertencem, do grupo étnico do qual fazem parte.

Boa parte das crianças pequenas brasileiras enfrenta um cotidiano bastante adverso que as conduz desde muito cedo a precárias condições de vida e ao trabalho infantil, ao abuso e exploração por parte de adultos. Outras crianças são protegidas de todas as maneiras, recebendo de suas famílias e da sociedade em geral todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento. Essa dualidade revela a contradição e conflito de uma sociedade que não resolveu ainda as grandes desigualdades sociais presentes no cotidiano.

A criança como todo ser humano é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais.

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva, as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. (RCNEI, 1998, vol.1, p. 21).

1.3 A influência da família

Segundo Áries (1981), a partir da transição do século XVII para XVIII é que a família começa se organizar em torno da criança, interessando-se pelos estudos de seus filhos, não existindo demonstrações de afetividade por ela.

É a partir desse ponto que acontece a transformação da família e os valores mudam. Conforme o autor, “a família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas” (ÁRIES, 1981, p.277).

Nesse momento, a individualidade e singularidade da criança ganham destaque e passa a ser reconhecida, concebendo o universo da criança distinto do adulto. Outra mudança importante ocorre nos trajes infantis. Antes, as crianças vestiam-se como adultos. Toda essa transformação é reflexo dessa nova concepção. Ainda de acordo com o autor: “a adoção de um traje peculiar à infância, que se tornou geral nas classes altas a partir do fim do século

XVI, marca uma data muito importante na formação do sentimento da infância, esse sentimento que constitui as crianças uma sociedade separada dos adultos”.(idem, p.77).

Um interesse mais profundo é despertado sobre os desejos das crianças e visões sobre a vida. Toda preocupação da família a respeito da educação da criança faz com que ocorram grandes mudanças e os pais passam a encarregar-se dos seus.

Diante disso, temos a necessidade de uma nova educação com novas regras e normas, priorizando uma criança que atendesse à sociedade que emergia e é nesse momento aparecem novas instituições escolares.

A escola tradicional foi inspirada e criada nesse contexto moral, contando com educadores e moralistas, mas principalmente no modelo de família conservadora, símbolo de continuidade parental e patriarcal que marca a relação pai, mãe e criança.

Ainda hoje, a família representa um grupo social primário que influencia e é influenciado por outras pessoas e instituições “um agrupamento social cuja estrutura, em alguns aspectos varia no tempo e no espaço”. (OLIVEIRA, 1997, p.115).

As famílias, de forma geral, tendem a ser cada vez menores. Famílias grandes são bem raras atualmente, nos mostrando que surgem novas formas de família, com novos tipo de relacionamentos afetivos, entre pessoas de sexos opostos e também do mesmo sexo.

Os mais variados tipos de relações familiares nos são apresentados, principalmente após a década de 70. Cada vez mais busca-se a felicidade, pessoas se relacionam com seus pares em busca da mesma e quando não conseguem partem para outras relações não se prendendo a relacionamentos já desgastados e infelizes. A família, portanto, exerce papel importante nas construções culturais, educativas, psicológicas do indivíduo, assegurando à criança um melhor desenvolvimento de suas capacidades tornando-se assim a base mais valiosa da mesma.

A relação criança-família desenvolve grandes características sentimentais, e essa relação envolve inúmeras questões. Todo ser humano necessita de base de carinho, de atenção, de cuidado desde que nasce, sem se importar com a cor, raça ou sexo.

Todas essas necessidades nos mostram que a família é importante na vida de qualquer um, tanto no âmbito do desenvolvimento de suas capacidades cognitivas quanto sócio-culturais. Temos consciência também de que o desenvolvimento físico, psíquico e social da criança depende significativamente de seu relacionamento com os adultos, não somente pertencentes à família.

No Brasil, o art. 227 da Constituição Federal (1988) reza que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A criança tem papel fundamental na interação com a família, sendo capaz de modificar o ambiente em que vive, assim como ser modificado pelo mesmo. Tendo uma família onde o diálogo seja feito de forma clara e objetiva, isso com certeza ajudará a criança na sua formação e desenvolvimento. O ambiente em que a criança nasce é que a impulsionará a seguir princípios que, na sua maioria, terão por base as pessoas que tomamos como exemplos e que nos são próximas.

Quando no ambiente em que as crianças vivem não existe diálogo, onde a comunicação, a autoridade e a falta de tolerância imperam, pode-se gerar sentimentos negativos que são transmitidos às mesmas porque a falta de respeito entre os indivíduos que compõem a família pode afetar a personalidade da criança, conduzindo-a a comportamentos não desejáveis, refletindo até mesmo na escola.

As famílias têm sido consideradas como as primeiras agências socializadoras da criança, cabendo-lhes estabelecer condições propiciadoras de um “bom” desenvolvimento, isso nem sempre foi verdade, não se aplicou a todos os períodos históricos nem a todas as sociedades e menos ainda a todas as camadas sociais. Hoje em dia, dada a frequência precoce das crianças em instituições como berçários, creches e pré-escola, esse papel de socialização da família exige novos estudos e reflexões.(TRANCREDI; REALI, 2008, p.1)

Existem concepções diferentes, desejos diferentes das famílias com relação as suas crianças, por isso é de extrema importância que a escola se abra para a comunidade e esta deve estar preparada para se relacionar com a escola, para que possam juntas desenvolver e implementar práticas educativas que levem em conta a realidade social de cada comunidade.

A escola juntamente com o apoio da comunidade deve trabalhar no sentido de levar os pais à escola. Pais e professores devem colaborar uns com os outros para executar a missão de educar as crianças. Sem o apoio e a ajuda constante da comunidade em que as crianças fazem parte, o trabalho da escola fica muito mais difícil. O envolvimento parental deve existir sempre para que a criança se sinta mais segura. Abandonando os comportamentos

tradicionais, limitando os encontros aos locais e às horas habituais, é imprescindível um relacionamento estável e permanente entre família, a escola e a comunidade.

Quando escola e famílias têm uma linguagem comum e posicionamentos adotados colaborativamente, no trato de alguns aspectos da educação das crianças e da sua escolarização, é possível que as crianças consigam ter uma aprendizagem mais significativa, um percurso acadêmico mais tranquilo e um desenvolvimento intelectual e emocional mais harmonioso.(TRANCREDI; REALI, 2008, p.5 - 6).

A escola tem procurado estabelecer relações com as famílias de seus alunos visando principalmente o investimento familiar e pessoal de cada aluno na sua aprendizagem escolar e na adoção de padrões de comportamento por ela valorizada.

Entre as dificuldades encontradas no estabelecimento de relações harmoniosas podemos citar a forma, geralmente, adotada pela escola para estabelecer esse contato: além de serem unidirecionais – parte na maioria das vezes da escola em direção às famílias – predominam nas situações de baixo rendimento escolar e de mau comportamento dos alunos. Isso ocorre, provavelmente, porque os professores, muitas vezes, pensam que lhes cabe ensinar e que às famílias competem solucionar as dificuldades que enfrentam em sala de aula no contato cotidiano com os alunos, sejam eles referentes à sua aprendizagem ou às suas atitudes.

Nessas ocasiões, os professores, muitas vezes, se esquecem de que na maioria dos casos, a indisciplina e o desrespeito são provavelmente conseqüências do tratamento que dão aos alunos e ao conteúdo desenvolvido.

Apesar de procurarem o apoio das famílias, nessas situações conflituosas, os professores, de forma geral, resistem às interferências familiares, especialmente, se essas se direcionarem aos temas que ensinam, ao seu fazer pedagógico e, muito especialmente, se a interação é iniciada pelos pais.(TRANCREDI; REALI, 2008, p.5 - 6).

Envolver, portanto, a família na educação escolar dos filhos pode significar, para a escola, que ela tenha que conhecer melhor os pais dos alunos e realizar um trabalho conjunto com eles para criar, entre outras coisas, uma atmosfera que fortaleça o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças nesses dois ambientes socializadores. Entretanto, é possível que isso represente, para alguns professores, uma “ameaça” a sua profissionalidade, pois, poderiam sentir destituídos de sua competência e de seu papel de ensinar.

Ao considerar a criança como ser social e participante de um grupo social, a mesma vai construindo aos poucos seus conhecimentos. É importante que se faça da escola um grande espaço social, um lugar onde caiba a ousadia, a criatividade, sonhos e diferentes falas,

mas principalmente um lugar onde a criança se sinta acolhida, podendo dessa forma atuar e se expressar da melhor maneira.

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

2.1 História da Educação Infantil no Brasil

A Educação Infantil, embora tenha mais um século de história como cuidado e educação extradomiciliar, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica. Considera-se como Educação Infantil, o período de vida escolar em que se atende, pedagogicamente, crianças com idade entre 0 e 6 anos (Brasil).

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional chama a instituição escolar que atende crianças de 0 a 3 anos de creche, já a que atende crianças de 4 a 6 anos chama-se pré-escola.

Recentes medidas legais modificaram o atendimento das crianças de pré-escola, pois alunos com seis anos de idade devem estar obrigatoriamente matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental.

Os dispositivos legais que estabeleceram as modificações citadas são os seguintes:

O Projeto de Lei nº 144/2005, aprovado pelo Senado em 25 de janeiro de 2006, estabelece a duração mínima de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Essa medida deverá ser implantada até 2010 pelos Municípios, Estados e Distrito Federal. Durante esse período os sistemas de ensino terão prazo para adaptar-se ao novo modelo de pré-escolas, que agora passarão a atender crianças de 4 e 5 anos de idade.

Todo atendimento as crianças de 0 a 6 anos em instituições especializadas tem origem com as mudanças sociais e econômicas causadas principalmente pelas revoluções industriais no mundo todo. É exatamente neste momento que as mulheres deixaram seus lares por um período, onde eram cumpridoras de seus afazeres de criação dos filhos e os deveres domésticos, cuidando do marido e da família, para que pudessem assim entrar no mercado de

trabalho. Relacionado a todo esse fato, estando sob pressão dos trabalhadores urbanos que viam nas creches um direito seus e de seus filhos, visando melhores condições de vida, deu-se início ao atendimento da educação infantil no Brasil.

Até 1920, as instituições escolares tinham um caráter exclusivamente filantrópico muito caracterizado por seu difícil acesso, oriundo do período colonial e imperialista que privilegiava o ensino para as elites. Já na década de 30, o Estado preferiu assumir o papel de buscar subsídios (recursos, financiamentos) de órgãos privados, para que pudessem colaborar com a proteção da infância. Dessa forma, diversos órgãos foram criados voltados à assistência infantil, tais como: Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Previdência Social e Assistência Social, Ministério da Educação e também iniciativas privadas. É nesta década que a preocupação com a higiene e educação física como fator de desenvolvimento das crianças, para atingir ao principal objetivo que é o de combater a mortalidade infantil, torna-se fato. .

Nesta época iniciou-se a organização de creches, jardins de infância e pré-escolas de maneira desordenada e sempre numa perspectiva emergencial, como se os problemas infantis, criados pela sociedade, pudessem ser resolvidos por essas instituições.

Em 1940, surgiu o Departamento Nacional da Criança, com objetivo de ordenar atividades dirigidas à infância, maternidade e adolescência, sendo administrado pelo Ministério da Saúde.

Na década de 50, havia uma forte preocupação com a parte médica e higiênica das crianças pelo Departamento Nacional da Criança, desenvolvendo vários programas e campanhas que combatessem a desnutrição. Ressalta -se a questão da vacinação e diversos estudos e pesquisas de cunho médico.

Na década de 60, o Departamento Nacional da Criança teve um enfraquecimento e acabou transferindo algumas de suas responsabilidades para outros setores, prevalecendo o caráter médico-assistencialista, enfocando suas ações em reduzir a mortalidade materna infantil.

Na década de 70, temos a promulgação da lei nº 5692, de 1971, o qual faz referência à educação infantil, indicando como ser conveniente à educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes. Em outro artigo, é sugerido que as empresas particulares, as quais têm mulheres com filhos menores de sete anos, ofertem atendimento (educacional) a estas crianças, podendo ser auxiliadas pelo poder público. Tal lei recebeu inúmeras críticas, quanto a sua superficialidade, sua dificuldade na realização, pois não havia um programa mais específico para estimular as empresas a criação das pré-escolas. (GUAPYASSU, 2008, p.14).

Realizando essa breve retrospectiva histórica, verificamos que a Educação Infantil surgiu a partir de um caráter assistencialista à saúde e à preservação da vida, não apresentando uma relação com a parte educacional.

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da Educação Infantil e de seus profissionais. Embora, os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil, apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças. (RCNEI, 1998, vol.1, p. 21).

Pesquisas sobre desenvolvimento humano, formação de personalidade, construção da inteligência e aprendizagem nos primeiros anos de vida apontam para necessidade de um trabalho educacional na faixa etária de 0 a 6 anos.

Em 1996, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases - reconhece a importância da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, o que também significa um progresso qualitativo de Educação Infantil no contexto do sistema educacional.

2.2 Objetivos gerais da Educação Infantil

A prática da Educação Infantil deve se estruturar de modo que as crianças desenvolvam algumas capacidades. Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, uma instituição de Educação Infantil deve ter, portanto, os seguintes objetivos:

- *Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;*
- *Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;*
- *Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;*
- *Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vistas com os dos demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;*

- *Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;*
- *Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;*
- *Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;*
- *Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade. (RCNEI, 1998, vol.1, p.63).*

É muito importante que a Educação Infantil seja encarada com imensa responsabilidade e que se permita a cada aluno desenvolver suas capacidades, respeitando obviamente suas características individuais.

Para que a Educação Infantil se desenvolva dentro dos padrões considerados ideais, é necessária a presença de uma boa escola que possa propiciar um ensino de qualidade dando ênfase ao que é conhecido sobre o desenvolvimento humano e seus desdobramentos.

Não mais se pode partir do pressuposto de que basta a intenção de se ensinar para que a aprendizagem seja atingida. Entendemos que no processo ensino-aprendizagem não é suficiente que haja um planejamento, material disponível e outros para que o ensino seja efetivado. Todos os fatores são extremamente importantes, contudo não garantem de fato a efetiva aprendizagem. Só poderemos dizer que houve ensino se, realmente, ocorrer a aprendizagem.

Vale ressaltar que não conceituamos mais o ensino, apenas como transmissão de conhecimentos e informações nas diversas áreas da vida. Sabe-se atualmente que é extremamente importante que se forme o educando para a vida, considerando todos os acontecimentos que ocorrem ao seu redor.

Deve ser afastada a idéia de que a criança deveria ser adestrada, pois as respostas de seu desenvolvimento são únicas e incomparáveis. O educador que estimula e valoriza a produção da criança, por consequência deve levá-la a descobrir prazer no processo de planejar e se auto-avaliar, compartilhando suas idéias entre adultos e com outras crianças.

Assim se observa que as escolas de Educação Infantil se diferenciam pelas principais linhas pedagógicas que seguem. As escolas baseadas no construtivismo de Piaget se apóiam no princípio de que o conhecimento não representa o saber que vem de fora, portanto, não se resume ao que pode ser transmitido pelo professor. Essa aquisição de conhecimento realizada pelos alunos considera suas experiências, as interações com o ambiente e com os outros. (GUAPYASSU, 2008, p.54).

Desta forma, a criança interagindo e construindo assimilações, unindo com os saberes que já possui, construirá novos conhecimentos. As escolas construtivistas enfatizam o erro não como fracasso, mas como ponto de partida na rota da aprendizagem.

Já o método montessoriano é essencialmente biológico. Maria Montessori acreditava que a vida não era apenas feita de conquistas materiais ou intelectuais, mas, o mais importante objetivo da escolaridade seria formar pessoas independentes e responsáveis. No trabalho a ser realizado, parte-se do concreto para o abstrato, priorizando a experiência e contando com material didático específico. O currículo montessoriano é centrado na criança, respeitando suas habilidades naturais enfocando a educação motora, sensorial e da linguagem. (GUAPYASSU, 2008, p.55).

Já para Celestin Freinet, a maneira de ensinar que denominou o Método Natural, procurava inserir o aluno no meio ambiente para poder aprender conceitos interdisciplinares, através de experiências sensoriais com terra, água, animais e plantas. Entendia-se que cabia à educação interpretar essas experiências, construindo conceitos científicos e morais, promovendo harmonia entre o homem e a natureza. Contrariava os métodos tradicionais, lembrando que não podia haver abismo entre a escola e a vida, saberes escolares e saberes cotidianos, pois os conhecimentos se processam através de informações atentas, experiências práticas e comparações entre o saber conquistado e o saber presente na estrutura cognitiva do educando. (GUAPYASSU, 2008, p.55).

Já nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, entre outros aspectos, enfatiza-se a importância de absorver as diversas identidades das crianças e suas famílias, sem qualquer exclusão, dando ênfase para que as propostas pedagógicas integrem os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-lingüístico e social de todas as crianças. “O processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar” (Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, p.17).

As propostas pedagógicas devem buscar a interação entre as diversas áreas do conhecimento. A prevalência no processo avaliativo de meios que possam diagnosticar as dificuldades e que não haja a preocupação de quantificar saberes acumulados.

Diante disso, todos os aspectos que envolvem e perpassam a Educação Infantil, caracterizam a imensa responsabilidade de sabê-la de forma aprofundada para a formação da criança que adquire, nessa fase de escolaridade, subsídios que conduzirão sua vida escolar e por extensão a sua formação integral como cidadão.

Destaca-se também que toda prática pedagógica é baseada em um pressuposto teórico que a fundamenta. Sendo assim, Kramer (1994) identificou três tendências pedagógicas predominantes: a tendência romântica, a tendência cognitiva e a tendência crítica. As mesmas vigoram atualmente no Brasil em programas educacionais dirigidos às crianças menores.

- Tendência Romântica: concebe a criança como uma sementinha e o professor (educador) como jardineiro, o protetor da infância, que tem por objetivo cultivar o desenvolvimento das potencialidades infantis, numa visão espontaneísta de educação. Nessa tendência a visão de criança é extremamente infantilizada.

- Tendência Cognitiva: concebe a criança como sujeito pensante, privilegiando o aspecto cognitivo do desenvolvimento infantil. A criança é tratada como sujeito ativo, pesquisador, explorador e o educador devem estimular todos esses avanços.

- Tendência Crítica: concebe a educação de uma forma mais ampla (abrangente) voltada para a cidadania. A criança não é vista apenas como sujeito ativo, mas também como cidadã. A pré-escola é concebida como um lugar de trabalho, a criança e o professor como cidadãos, cooperativos e responsáveis.

A escola deve, assim, levar em consideração os esquemas de assimilação da criança (partir deles), favorecendo a realização de atividades desafiadoras que provoquem desequilíbrio (“conflitos cognitivos”) e reequilibrações sucessivas, promovendo a descoberta e a construção do conhecimento. Nessa construção, as concepções infantis(ou hipóteses) combinam-se às informações provenientes do meio, na medida em que o conhecimento não é concebido apenas como espontaneamente descoberto pela criança, nem como transmitido mecanicamente pelo meio exterior ou pelo adulto, mas como resultado dessa interação onde sujeito é sempre ativo.”(KRAMER, 1994, p.30)”.

2.3 Relações interpessoais na escola

O educando tem na escola um espaço onde as relações homem / universo, homem / natureza, homem / energia e homem / saúde se fazem atuantes. A partir disso, estará o mesmo participando e sentindo essa interação, estará em posição central de um sistema muito maior, que liga as relações de poder e as questões institucionais. Sabemos que as relações de poder extrapolam o âmbito escolar, pois procedem, em princípio, dos grupos responsáveis pela própria estrutura educacional como autoridades e, da própria sociedade que o educando faz parte.

É na escola, portanto, que se fará sentir o reflexo destas atuações nas relações de poder e nas questões institucionais. A escola, como instituição, está inserida em um contexto que a direciona para acatar as determinações legais, tendo dentro da unidade escolar uma hierarquia administrativa, um corpo docente, uma equipe técnica e elementos de apoio que buscam conviver, de forma solidária e harmoniosa, no sentido de proporcionar ao educando uma tranquilidade para a construção do saber. (GUAPYASSU, 2008, p.36)

Ter uma comunidade escolar ampla e diversificada, direcionada para o crescimento do aluno, com a instauração de um espaço coletivo de construção do saber dentro de condições indispensáveis para que o educando possa efetivamente construir os seus conhecimentos, é de extrema importância.

Para que isso aconteça, precisa existir constantemente uma relação dialógica entre todos os participantes dessa instituição escolar e a vivência do aluno, permitindo uma maior contribuição para a integração sujeito / objeto. É através da relação democrática na escola, entre todos os elementos que formam essa comunidade, que o aluno construirá sua formação democrática. É um caminho que propicia ao aluno, construir sua formação de cidadania dentro dos princípios democráticos, através do relacionamento entre aluno / aluno, aluno / professor e atua na do aluno / comunidade.

É dentro deste espaço e tempo que as diferenças sociais e culturais ficam expostas e se faz necessário avançar, elaborando a diversidade de forma que se transforme o espaço escolar num espelho de riqueza humana e, conseqüentemente, o aluno poderá construir a sua posição como cidadão democrático. Sendo assim, provavelmente, a integração professor, aluno e conhecimento estará cumprindo o que se espera da educação. (GUAPYASSU, 2008, p.36).

No ambiente escolar é importante que o docente mostre a seus alunos as mais variadas culturas e etnias, realizando um trabalho em que o aluno perceba que todos são iguais em uma sociedade e devem ser respeitados em toda e qualquer situação, exaltando valores tais como: respeito ao próximo, dignidade e caráter.

CAPÍTULO III

A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1 O papel do docente

A aprendizagem acontece desde o nascimento da criança e continua ao longo de toda a vida, em diferentes ambientes: na família, com os pais, com os relacionamentos, na escola, em espaços formais e informais.

Diante disso, o docente precisa repensar a educação escolar, considerando as crianças sujeitos inteiros com suas vivências e aprendizagens, concebendo a prática pedagógica a partir dos interesses das mesmas.

O docente tem grande representatividade no processo educacional, principalmente na Educação Infantil, pois, a criança precisa de um mediador para proporcionar seu desenvolvimento; precisa ser estimulada da maneira certa. O docente deve propiciar espaços facilitadores para o processo de ensino-aprendizagem, disponibilizando os materiais didáticos, participando das brincadeiras, tornando-se dessa forma uma referência para as crianças, pois as mesmas tendem a se espelharem nos adultos mais próximos. O docente, portanto, tem o papel de articular o conhecimento científico, a arte e a vida cotidiana. Esses três pontos são os alicerces para um melhor de ensino-aprendizagem. (RCNEI, 1998, vol.1,p. 41).

É preciso que o docente crie ambiente suscetível para o desenvolvimento de valores e situações em que a criança possa se expressar e ter liberdade suficiente para construir sua autonomia, não a autonomia em que a mesma consegue fazer as coisas sem a professora, mas sim aquela que permite pensar e refletir sobre todo e qualquer assunto, tornando-se um indivíduo cada vez mais reflexivo e crítico quanto ao todo que o envolve.

Entender que crianças, jovens e adultos são sujeitos da história e da cultura, além de serem por elas produzidas e considerar as milhões de crianças brasileiras a alunos de 0 a 6 anos como crianças brasileiras e alunos, implica ver o pedagógico na sua dimensão cultural, como conhecimento, arte e vida, e não só como algo instrucional, que visa ensinar coisas.”(KRAMER, 2006, p.810)”.

O educador de educação infantil deve ter como prioridades o cuidado, a atenção, o acolhimento, a alegria e a brincadeira. É nas práticas realizadas que as crianças aprendem, é

preciso, portanto, que o docente atue com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos.

Todas as crianças têm o direito à educação englobando o brincar, criar e aprender. Nesse sentido, devemos pensar a creche, a pré-escola e a escola como instituições de formação cultural, vendo as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais.

O planejamento e o acompanhamento realizado pelos profissionais da Educação Infantil deve considerar a singularidade da ação de cada criança, além de perceber, entender e lidar com as crianças como crianças e não só como alunos. Conforme consta nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (1998)

A implementação e/ou implantação de uma proposta curricular de qualidade depende, principalmente os professores que trabalham nas instituições. Por meio de suas ações, que devem ser planejadas e compartilhadas com seus pares e outros profissionais da instituição, pode-se construir projetos educativos de qualidade junto aos familiares e às crianças. A idéia que preside a construção de um projeto educativo é a de que se trata de um processo sempre inacabado, provisório e historicamente contextualizado que demanda reflexão e debates constantes com todas as pessoas envolvidas e interessadas. Para que os projetos educativos das instituições possam, de fato, representar esse diálogo e debate constante, é preciso ter professores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis. (RCNEI, 1998, vol.1, p. 41).

Devendo quebrar o estereótipo do professor como detentor de conhecimento e da verdade absoluta, cada criança, cada turma e cada ano de magistério tem a acrescentar ao educador não apenas como profissional, mas, como indivíduo crítico e reflexivo. Através da troca de saberes, é possível evoluirmos como ser humano, pois, nessa troca aprendemos algo novo. Enfim,

As crianças têm o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das muitas possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na estrutura. Elas têm o direito a condições oferecidas pelo Estado e pela sociedade que garantam o atendimento de suas necessidades básicas em outras esferas da vida econômica e social, favorecendo mais que uma escola digna, uma vida digna “. (KRAMER, 2006, p. 811)”.

Os RCNEI chamam a atenção para o caráter polivalente da formação do professor para trabalhar com crianças na Educação Infantil.

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação. (RCNEI, 1998, vol.1, p. 41).

O professor não poderá ver, em seus alunos, indivíduos mais ou menos parecidos que podem ser tratados da mesma maneira, para que se atinja dessa forma as metas desejadas. Cada ser é único e é suscetível a mudanças constantes, dependendo de fatores internos e externos que determinam o seu comportamento e suas reações. De acordo com Guapyassu (2008), é preciso atentar ao fato de que três importantes características distinguem o indivíduo: p.(60).

- A idade

Embora seja a idade cronológica a base de direcionamento quanto ao desenvolvimento do indivíduo, sabe-se que as variações englobando esse aspecto não podem ser desprezadas. Vê-se como regra geral que a aprendizagem no adulto jovem é mais rápida e abrangente do que aquela que ocorre nos mais velhos.

- A inteligência

A curva de rapidez de aprendizagem ocorre em função da inteligência e da idade. Percebe-se que, em geral, a rapidez no processo de aprendizagem é sempre proporcional ao nível de inteligência do indivíduo e à medida que desenvolve o potencial de inteligência, a aprendizagem se torna cada vez mais rápida.

Vale ressaltar que a autora trabalha com essa noção de inteligência relacionada a outros fatores (afetividade, relação professor-aluno e outros) que podem influenciar no processo de aprendizagem.

- A motivação

Sabe-se que para uma melhor aprendizagem, é necessário um nível satisfatório de motivação. Se for verificado um nível lento, devem ser procuradas estratégias para que aumente a motivação do educando, melhorando o ritmo da aprendizagem.

É preciso que haja um equilíbrio no nível de motivação, pois se for provocada uma motivação excessiva poderá ocorrer uma desorganização no comportamento, acarretando um estado de ansiedade na criança desfavorecendo a aprendizagem. (GUAPYASSU, 2008, p.60).

A motivação é um fator que deve ser equacionado no contexto da educação, ciência e tecnologia, tendo grande importância na análise do processo educativo, apresentando-se como o aspecto dinâmico da ação: é o que leva o sujeito a agir, ou seja, o que o leva a iniciar uma ação, a orientá-la em função de certos objetivos.

Uma das grandes virtudes da motivação é melhorar a atenção e a concentração e nessa perspectiva pode-se dizer que a motivação é a força que move o sujeito a realizar atividades. Ao sentir-se motivado, o indivíduo tem vontade de fazer alguma coisa e se torna capaz de manter o esforço necessário, durante o tempo necessário, para atingir o objetivo proposto.

3.2 A afetividade na relação professor-aluno

Vygotsky (1994) acredita que é através da interação com os outros que a criança incorpora os instrumentos culturais, tendo a idéia da mediação e da internalização como aspectos fundamentais para a aprendizagem, defendendo ainda que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interação.

A criança ao apropriar-se das práticas culturalmente estabelecidas, vai evoluindo das formas concretas de pensamento para formas mais abstratas, conhecendo e controlando melhor a realidade. Nas palavras do autor, “todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica)”.(VYGOTSKY, 1994, p.75).

Partindo dessa premissa, o papel do outro é fundamental no processo de aprendizagem, ganhando destaque o professor como mediador e zelando pela qualidade das interações sociais.

Tendo um intenso processo de interação com o meio social, toda e qualquer relação de ensino-aprendizagem transcorre a partir dos vínculos estabelecidos entre as pessoas, iniciados no âmbito familiar. O vínculo afetivo estabelecido entre a criança e o adulto é que dá sustentabilidade à etapa inicial do processo de aprendizagem, pois, dessa forma, a criança terá acesso ao mundo simbólico, conquistando assim, avanços significativos no âmbito cognitivo. No entanto, conforme Leite e Tassoni (2008) afirmam:

não se pode negar que, dentre os fenômenos psicológicos, os afetivos apresentam uma grande dificuldade de estudo, tanto no que se refere à conceituação, como também quanto à metodologia de pesquisa e de análise. Na literatura encontra-se, eventualmente, a utilização dos termos afeto, emoção e sentimento, aparentemente como sinônimos. Entretanto, na maioria das vezes, o termo emoção encontra-se relacionado ao componente biológico do comportamento humano, referindo-se a uma agitação, uma reação de ordem física. Já a afetividade é utilizada com uma significação mais ampla, referindo-se às vivências dos indivíduos e às formas de expressão mais complexas e essencialmente humanas.(p.2)

É muito importante que o educador estabeleça uma relação harmoniosa com a criança indo além do convívio em sala de aula, procurando saber a realidade em que a mesma está inserida tentando entender e desenvolver um trabalho pedagógico que estimule e motive a criança em seu processo de ensino-aprendizagem. Quando é estabelecida uma relação com atenção, carinho, respeito e amorosidade a criança se sente acolhida e isso permite com que ela se expresse melhor, tendo abertura para tirar suas dúvidas sem se sentir constrangida.

As experiências vividas em sala de aula ocorrem, inicialmente, entre os indivíduos envolvidos, no plano externo (interpessoal), ganham autonomia e passam a fazer parte da história individual. Essas experiências também são afetivas. Os indivíduos internalizam as experiências afetivas com relação a um objeto específico “. (p. 3)

Wallon (1968) também considera que o processo de aprendizagem ocorre em decorrência de interações sucessivas entre pessoas, a partir de uma relação vincular. É, portanto, através do outro que o indivíduo irá adquirir novas formas de pensar e agir e, dessa forma construirá novos conhecimentos.

Vygotsky e Wallon defendem uma perspectiva teórica no sentido de que a afetividade manifestada na relação professor-aluno constitui-se elemento essencial e inseparável do processo de construção do conhecimento. Além disso, a qualidade da interação pedagógica

vai conferir um sentido afetivo para o objeto de conhecimento, a partir das experiências vividas.

Wallon (1968) considera o indivíduo um ser geneticamente social que caminha em direção à autonomia. Muitas vezes, o sistema escolar faz o caminho contrário a este pensamento, pois, nem sempre, favorece a conquista dessa autonomia. Nesses casos, reforça-se a idéia de que todos se pareçam e formem uma massa uniforme, adaptada pela sociedade, incorporando os valores e pensamentos hegemônicos.

Para que se entenda a estrutura do que se denomina afetividade, é preciso saber que ela engloba três graus dos aspectos: os sentimentos, as emoções e as paixões. Os sentimentos são estados afetivos complexos estáveis, como por exemplo: simpatia, orgulho, amor, vergonha. As emoções são igualmente estados afetivos que surgem bruscamente, se apresentando em forma de crise sendo passageira ou não, por exemplo: medo, ira, angústia, o desespero. Quanto às paixões, elas se apresentam em grandes dimensões, levando o indivíduo a uma visão irreal do fato, deturpando situações. (GUAPYASSU, 2008, p.60)

Conforme Tassoni (2008):

Existe uma grande divergência quanto à conceituação dos fenômenos afetivos. Na literatura encontra-se, eventualmente, a utilização dos termos afeto, emoção e sentimento, aparentemente como sinônimos. Entretanto, na maioria das vezes, o termo emoção encontra-se relacionado ao componente biológico do comportamento humano, referindo-se a uma agitação, uma reação de ordem física. Já a afetividade é utilizada com uma significação mais ampla, referindo-se às vivências dos indivíduos e às formas de expressão mais complexas e essencialmente humanas.(p.4)

Vale ressaltar que o professor ao lidar com seres das mais variadas realidades e origens, não poderá deixar de levar em consideração que a afetividade terá papel importante, não apenas na aprendizagem, mas em todo processo educativo. Recorrendo ainda às palavras de Tassoni (2008)

Quando se assume que o processo de aprendizagem é social, o foco desloca-se para as interações e os procedimentos de ensino tornam-se fundamentais. O que se diz, como se diz, em que momento e por quê; da mesma forma que, o que se faz, como se faz, em que momento e por quê, afetam profundamente as relações professor-aluno, influenciando diretamente o processo de ensino-aprendizagem. O comportamento do professor, em sala de aula, expressa suas intenções, crenças, seus valores, sentimentos, desejos que afetam cada aluno individualmente.(p.13)

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O educador não desconhece que as suas atividades pedagógicas não levam necessariamente o aluno a dominar o conteúdo que se pretende ensinar. O processo de conhecimento vai além da simples intenção de ensinar. Ele se dá dentro do contexto social em que a criança está inserida e para ocorrer uma aprendizagem efetiva é necessário que o professor conheça as situações que propiciem o alcance dos objetivos.

É fundamental que no processo ensino-aprendizagem a criança seja colocada como o centro das atividades. Cada aprendizagem da criança está diretamente baseada em outras anteriores, existindo um processo de encadeamento e continuidade baseado nas experiências de cada criança, pois,

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas. Para se desenvolver, portanto, as crianças precisam aprender com os outros, por meio dos vínculos que estabelece. Se as aprendizagens acontecem na interação com as outras pessoas, sejam elas adultos ou crianças, elas também dependem dos recursos de cada criança. Dentre os recursos que as crianças utilizam, destacam-se a imitação, o faz-de-conta, a oposição, a linguagem e a apropriação da imagem corporal. (RCNEI, 1998, vol.2, p.21)

4.1 Aprendizagem significativa e conhecimentos prévios

Segundo o Referencial Curricular Nacional, os assuntos trabalhados com as crianças devem guardar relações específicas com os níveis de desenvolvimento das crianças em cada grupo e faixa etária e, também, respeitar e propiciar a amplitude das mais diversas experiências em relação aos eixos de trabalho propostos.

O processo que permite a construção de aprendizagens significativas pelas crianças requer uma intensa atividade interna por parte delas. Nessa atividade, as crianças podem estabelecer relações entre novos conteúdos e os conhecimentos prévios (conhecimentos que já possuem), usando para isso os recursos de que dispõem. Esse processo possibilitará a elas

modificarem seus conhecimentos prévios, matizá-los, ampliá-los ou diferenciá-los em função de novas informações, capacitando-as a realizar novas aprendizagens, tornando-as significativas.

Para que as aprendizagens infantis ocorram com sucesso, é preciso que o professor considere, na organização do trabalho educativo:

- *a interação com crianças da mesma idade e de idades diferentes, em situações diversas, como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se;*

- *os conhecimentos prévios, de qualquer natureza, que as crianças já possuem sobre o assunto, já que elas aprendem por meio de uma construção interna ao relacionar suas idéias com as novas informações de que dispõem e com as interações que estabelece;*

- *a individualidade e a diversidade;*

- *o grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira integrada para as crianças e o mais próximas possíveis das práticas sociais reais;*

- *a resolução de problemas como forma de aprendizagem. (RCNEI, 1998, vol.1, p.30).*

É, portanto, função do professor considerar, como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas. Detectar os conhecimentos prévios das crianças não é uma tarefa fácil. Implica que o professor estabeleça estratégias didáticas para fazê-lo. Quanto menores são as crianças, mais difícil é a explicitação de tais conhecimentos, uma vez que elas não se comunicam verbalmente. A observação acurada das crianças é um instrumento essencial nesse processo.

Os gestos, movimentos corporais, sons produzidos, expressões faciais, as brincadeiras e toda forma de expressão, representação e comunicação devem ser consideradas como fonte de conhecimento para o professor sobre o que a criança já sabe. Com relação às crianças maiores, pode-se também criar situações intencionais nas quais elas sejam capazes de explicitar seus conhecimentos por meio das diversas linguagens a que têm acesso. (RCNEI, 1998, vol. 1, p.33)

4.2 O brincar

O brincar faz parte do cotidiano infantil, mas, por muito tempo, não foi lhe dado a devida importância. As diversas atividades lúdicas que acontecem desde os tempos primitivos são evidenciadas através de registros de brinquedos infantis, das mais variadas culturas, desde a pré-história, sendo considerada atividade essencial, por ser inerente ao ser humano. O brincar faz parte da natureza do indivíduo, independente de sua origem, acompanhando o homem em seu processo evolutivo.

Entretanto, a atividade lúdica, sendo considerada criativa e propiciando prazer ao indivíduo, foi retirada do âmbito escolar para ceder lugar a uma prática pedagógica centrada com mais ênfase nos aspectos cognitivos do processo ensino-aprendizagem.

Muitos professores tornam-se reticentes no que diz respeito ao lúdico na sala de aula. Alguns o encaram como um recurso pedagógico a mais, cuja finalidade é ser usado no desenvolvimento das aulas, perdendo assim a sua espontaneidade; outros o conceituam como um modo de ensinar e aprender mais compatível com a própria essência da vida, que é movimento, atividade, desenvolvimento e transformação. (RCNEI, 1998, vol.1, p.30).

Defender uma prática pedagógica a partir da atividade do brincar traz mudanças significativas para o processo de ensino-aprendizagem, pois nos remete à transformação do espaço escolar em um espaço integrador, dinâmico, onde não se prioriza apenas o desenvolvimento cognitivo do alunado, mas contempla uma dimensão onde ocorra uma formação plena do indivíduo.(BERNADETE; BISPO, SANTOS, 2008, p.6)

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

A diferenciação de papéis se faz presente, sobretudo no faz-de-conta, quando as crianças brincam como se fossem o pai, a mãe, o filhinho, o médico, o paciente, heróis e vilões etc., imitando e recriando personagens observados ou imaginados nas suas vivências.

A fantasia e a imaginação são elementos fundamentais para que a criança aprenda mais sobre a relação entre as pessoas, sobre o eu e sobre o outro.

No faz-de-conta, as crianças aprendem a agir em função da imagem de uma pessoa, de uma personagem, de um objeto e de situações que não estão imediatamente presentes e perceptíveis para elas no momento e que evocam emoções, sentimentos e significados vivenciados em outras circunstâncias. Brincar funciona como um cenário no qual as crianças tornam-se capazes não só de imitar a vida como também de transformá-la. Os heróis, por exemplo, lutam contra seus inimigos, mas também podem ter filhos, cozinhar e ir ao circo.

Ao brincar de faz-de-conta, as crianças buscam imitar, imaginar, representar e comunicar, de uma forma específica, que uma coisa pode ser outra, que uma pessoa pode ser uma personagem, que uma criança pode ser um objeto ou um animal, que um lugar “faz-de-conta” que é outro. Brincar é, assim, um espaço no qual se pode observar a coordenação das experiências prévias das crianças e aquilo que os objetos manipulados sugerem ou provocam no momento presente. Pela repetição daquilo que já conhecem, utilizando a ativação da memória, atualizam seus conhecimentos prévios, ampliando-os e transformando-os por meio da criação de uma situação imaginária nova.

Brincar constitui-se, dessa forma, em uma atividade interna das crianças, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou mentira. Também tornam-se autoras de seus papéis, escolhendo, elaborando e colocando em prática suas fantasias e conhecimentos, sem a intervenção direta do adulto, podendo pensar e solucionar problemas de forma livre das pressões situacionais da realidade imediata. (RCNEI, 1998, vol. 2, p.23)

Quando utilizam a linguagem do faz-de-conta, as crianças enriquecem sua identidade, porque podem experimentar outras formas de ser e pensar, ampliando suas concepções sobre as coisas e pessoas ao desempenhar vários papéis sociais ou personagens. Na brincadeira, vivenciam concretamente a elaboração e negociação de regras de convivência, assim como a elaboração de um sistema de representação dos diversos sentimentos, das emoções e das construções humanas. Isso ocorre porque a motivação da brincadeira é sempre individual e depende dos recursos emocionais de cada criança que são compartilhados em situações de interação social. Por meio da repetição de determinadas ações imaginadas que se baseiam nas polaridades presença / ausência, bom / mau, prazer / desprazer, passividade / atividade, dentro / fora, grande / pequeno, feio / bonito etc., as crianças também podem internalizar e elaborar suas emoções e sentimentos, desenvolvendo um sentido próprio de moral e de justiça. (RCNEI, 1998, vol. 2, p.23)

Ao brincar de faz-de-conta, a criança tem a possibilidade de desempenhar diversos papéis, fazendo com inteligência, superando capacidades atuais e descobrindo aos poucos sua

identidade. Quando a criança brinca passa a relacionar-se com outras crianças, aprendendo regras, limites, as dificuldades e percalços de uma convivência em grupo, fazendo parte assim de uma situação social.

A brincadeira favorece a auto-estima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos.

Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil. Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer alguma de suas características.

Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narradas em livros etc. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas estes encontram-se, ainda, fragmentados.

É no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disto e generalizando para outras situações.(RCNEI, 1998, vol.1, p.27).

4.3 Rotinas

Segundo conceitos de Bernstein (2008), até o presente momento a execução das rotinas nas instituições escolares operam com o objetivo de estruturar, organizar e sistematizar as ordens moral e formal - acentuando seus esforços na ordem moral – afinal, um dos principais papéis da escolarização inicial é o de transformar as crianças em alunos.

Para desempenhar esse papel, as rotinas utilizam-se de rituais - cerimônias, castigos, imagem de condutas, caráter, modos valorizados de ser e proceder - que relacionam os indivíduos com a ordem social do grupo, criando um repertório de ações que são compartilhadas com todos e que dá o sentimento de pertencimento e de coesão ao grupo.

A rotina desempenha um papel estruturante na construção da subjetividade de todos que estão submetidos a ela. Esses rituais são geralmente decididos pelos adultos, mas também as crianças os estabelecem. As rotinas pedagógicas da educação infantil agem sobre a mente, as emoções e o corpo das crianças e dos adultos. É importante que as conheçamos e saibamos como operam, para que possamos estar atentos às questões que envolvem nossas próprias crenças e ações. Afinal, reconhecer limites pode ajudar a enfrentá-los.(BERNSTEIN, 2008, p.6)

Durante a realização de meus estágios em pré-escola, pude observar a questão da rotina de perto, pois a professora seguia um esquema (ritual) do momento que a criança entrava em sala de aula até o momento da saída.

Cantava músicas a fim de estimular as crianças, cumpria os horários para a realização de cada atividade e tudo isso me fazia perceber o quanto é fundamental o papel do educador como mediador dessa troca, inserindo valores que acrescentarão à vida do educando, como sujeito autônomo.

Com isso, acredito na importância do docente ousar nas práticas pedagógicas. Ele deve ensinar o aluno a ler o mundo, a entender o que se lê, aprender a pensar de forma autônoma, a aprender a ter fundamentos de argumentação e a usar os números para lidar com problemas do mundo real.

Para que isso se concretize é importante que o educador esteja aberto à troca com os alunos e a realizar atividades alternativas, mais dinâmicas e lúdicas, visando um melhor aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem. Tudo em detrimento de práticas já desgastadas e formais.

4.4 A importância da rotina na Educação Infantil

A presença de uma rotina estável, clara e flexível permite que a criança passe a incorporá-la, antecipando assim o que irá acontecer em seguida. Essa previsão que a criança passa a ter, lhe dá a sensação de segurança, viabilizando que a mesma atue em sala e no seu cotidiano, com muito mais autonomia e tranquilidade.

É de extrema importância que o professor organize o tempo levando em consideração seu planejamento, todavia, podendo contar com a possibilidade de alterá-lo de acordo com as suas necessidades e a do grupo em que atua também.

Vale ressaltar que uma mesma rotina não pode ser aplicada em grupos diferentes e aquela rotina que nunca muda, torna o trabalho do professor um tanto quanto repetitivo,

monótono e muito pouco interessante para os alunos. O professor deve ter a independência não só de poder mudar seu planejamento, como também de não ter que cumprir todas as atividades propostas, previamente indicadas.

CONCLUSÃO

A educação é uma tarefa que se realiza como resposta às exigências sociais, às aspirações e expectativas dos alunos decorrentes de seu meio familiar e social, aos conflitos existentes entre os diferentes grupos da sociedade. Os que detêm o poder desejam garanti-lo através da educação, os que buscam alcançar o poder vêem na educação um instrumento para conseguir tal fim. A educação responde ainda, ao desenvolvimento produtivo cultural de um povo, bem como ao tipo de sua organização econômica, tendo a forma de pensar educação intimamente relacionada com a visão de mundo que se tenha. Sendo assim, a educação visa transmitir o saber organizado social e culturalmente, de geração a geração, no sentido de preservar um patrimônio cultural universal.

A escola que buscamos para nossas crianças é aquela onde educadores e educandos convivem uma relação democrática, estando interessados em atingir um único objetivo que é o da formação integral do educando.

Para que nossos alunos possam adquirir nossas heranças culturais elaboradas pela humanidade, nós educadores precisamos permanecer profundamente interessados em que se forme e que se mantenha um espírito de solidariedade de modo, efetivamente e afetivamente, positivo em nossas instituições escolares. Faz-se necessário que professor e aluno se dediquem conjuntamente a atividades que elevem os respectivos modos de ser e de viver, e conseguindo essa elevação a mesma terá papel fundamental na democratização da sociedade como um todo.

Sabemos que o objetivo que define a Pedagogia e a escola são os conteúdos que trazem conhecimentos significativos e que devem estar de acordo com a realidade do aluno, aproveitando sua experiência de vida.

Através dos processos educacionais, preparar o educando tendo em vista os aspectos intelectuais, científicos e profissionais para que possa compreender a realidade social, econômica, política e cultural em que vive, é ao mesmo tempo prepará-lo para uma participação efetiva como cidadão no processo de mudanças dessa realidade.

Levar em consideração as circunstâncias em que se está trabalhando os conhecimentos, assim como as características das crianças, deverá ser uma constante na prática docente, lembrando que os níveis de conhecimento terão que ser adaptados ao nível de escolaridade do aluno.

Diante de tudo, entendemos que todo o conhecimento adquirido só é importante quando é transformado em modo de ação, ou seja, devemos utilizar nossos saberes para a construção de uma sociedade mais humana e igualitária.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BERNADETE, Lourdes; BISPO, Railda; SANTOS, Simone. **A importância do ato de brincar**. Disponível em <<http://www.faced.ufba.br/~ludus/trabalhos/2002.1/impbrinc.doc>> Acesso em 10/06/2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

KRAMER, Sonia. "As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental". In: **Educação e Sociedade**, nº 96, 797-818. Campinas: CEDES, 2006.

KRAMER, S., et al. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1994.

LEITE, Sergio Antonio da Silva; TASSONI, Elvira Cristina Martins. **A atividade em sala de aula**. Disponível em < <http://www.fe.unicamp.br/alle/textos/SASL-AafetividadeemSaladeAula.pdf>>. Acesso em 25/06/2008.

OLIVEIRA, Zilma M. R. A Universidade na Formação dos Profissionais de Educação Infantil. (p.64-68). In: MEC/SEF/COEDI. **Por uma política de Formação do Profissional de Educação Infantil**. Brasília, 1994.

OLIVEIRA, Pêrsio S. **Introdução à Sociologia**. 17.ed. São Paulo: Ática, 1997.

ROSSETI-FERREIRA, M. Clotilde. **Desafios atuais da educação infantil e da qualificação de seus profissionais: onde o discurso e a prática se encontram?**FAPESP, São Paulo, 2002.

TASSONI, Elvira. **Afetividade e aprendizagem: a relação professor-aluno**. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/2019t.PDF>> Acesso em 25/06/2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1968.

Site wikipedia. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_Infantil> Acesso em 25/06/2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Escola de Educação - EE
Departamento de Didática - DID

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Fabiana Devoti A. de Azevedo -

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: 20051351059

Infância e seus desdobramentos

ORIENTADOR(A): Maria Clara

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado:

Nota:

Considerações:

O trabalho monográfico está bem
cuidado e apresentado.

Percebe-se que houve reflexões a
partir dos estudos realizados por Fabiana
Os capítulos estão bem estruturados,
fazendo-se a ressalva que o cap. 2 no
item 2.1, a referência não representa a História
de Ed. Infantil, como se utilizou e as
referências por os dados históricos nos são
informados. As conclusões finais, nos
há referências quanto a infância, objeto do
monográfico.

DATA: 11 de Julho 2008

Assinatura: Cláudia Fernandes

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: _____

Nota: _____

Considerações:

Data: _____

Assinatura: _____

TERCEIRO AVALIADOR

Professor de Monografia II: Janaina S.S. Menezes

Nota : _____

Considerações:

Data: _____

Assinatura: _____

RESULTADO FINAL			
Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média final



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH
Escola de Educação – EE
Departamento de Didática - DID

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Salviana Devoti A. de Azevedo -

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: 20051351058
Infância e seus desdobramentos

ORIENTADOR(A): Maria Elena

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Claudia Fernandes.

Nota : _____

Considerações:

DATA: _____

Assinatura: _____

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: Marina Elena Niana Souza

Nota: 10,0 (dez)

Considerações:

A aluna atendeu a todas as solicitações feitas, cumprindo cada etapa com zelo e seriedade. Se ela tivesse tido mais tempo para o estudo - por razões pessoais não teve - poderia ter feito uma incursão ao campo e com isso, seu estudo ficaria acrescido de vivências cotidianas na Educação Infantil. Por todo o processo, a aluna merece a nota máxima.

Data: 15/04/2008

Assinatura: Marina Elena Niana Souza

TERCEIRO AVALIADOR

Professor de Monografia II: Janaina S.S. Menezes

Nota: 9,5

Considerações:

O estudo atendeu as principais exigências de um trabalho/texto científico.

Data: 18/04/08

Assinatura: Janaina S.S. Menezes

RESULTADO FINAL			
Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média final
8,5	10,0	9,5	9,5